

Constituições afirmavam uma abertura ao diverso e uma apetência para desafios heterogêneos, por outro lado, não legitimavam uma total cedência a todos os ritmos de vida externos. A ambiguidade do enquadramento era mais sentida em espaços extra-europeus, em particular em sociedades da Ásia Oriental. O Japão, na segunda metade do séc. XVI, pela radicalidade dos desafios que coloca, emerge como uma referência nos processos de adaptação e dos impactos que os mesmos têm na consciência do missionário, bem como na coesão interna da Companhia.

A responsabilidade do cargo de Acquaviva, obrigava o Geral a estar atento aos modos de integração da Companhia e como as soluções encontradas não poderiam conduzir a uma diluição indiferente da Companhia sobre o mundo exterior. Uma vivência da Companhia em parcelas auto-centradas sobre dinâmicas diversas, encerrava o perigo de criar um mosaico multicolor sem um reconhecimento comum interno. Se num primeiro nível as adaptações a padrões locais surgiam como uma solução para as lideranças provinciais da Companhia, para Acquaviva, na sua visão abrangente da instituição, podiam gerar um problema. Igualmente, a intensidade dos processos adaptativos podia convergir em crises de consciência do missionário, entre a percepção do que era absoluto e o que era lícito relativizar.

Desde o início do seu generalato, que Acquaviva encontrava num reforço da vida espiritual e interior, uma solução para a estabilização da Companhia e salvaguarda da consciência missionária. Este designado 'apostolado espiritual' será uma constante ao longo do generalato de Acquaviva. E, como foi referido, toma forma através de cartas e documentos normativos. Na perspectiva do Geral, não estaria uma reconfiguração da identidade da Companhia, num reforço de uma dimensão excessivamente interior. A valorização de ritmos de espiritualidade visava introduzir um equilíbrio perante múltiplos desafios, que podiam causar rupturas no interior da Companhia. Em primeiro lugar, como forma de disciplinar diversas propostas de espiritualidade internas e que poderiam remeter a Companhia para um excessivo hermetismo reclusivo. Em segundo lugar, na relação com o exterior, a dimensão de uma maior espiritualidade visava atenuar o impacto de uma necessária adaptação, independentemente da intensidade da mesma.

Artigo recebido em 03/11/2023

Artigo aceite para publicação em 30/11/2023

SENHORA DA ROCHA E "SENHORA DA TERRA" NO PROCESSO RESTAURACIONISTA DA VILAFRANCADA. NO BICENTENÁRIO DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA (S. FINS DO TORNO, LOUSADA, ANTIGO CONCELHO DE UNHÃO)

PEDRO VILAS BOAS TAVARES
CITCEM - UNIVERSIDADE DO PORTO
<https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi30a3>
ptavares@letras.up.pt

RESUMO: Neste artigo, no quadro da tradicional devoção mariana popular do norte do país, evoca-se o bicentenário do descobrimento de uma pequena imagem da Virgem Maria, «aparecida» numa cova, coberta de terra, junto à capela de Nossa Senhora da Conceição de S. Fins do Torno (Lousada, antigo concelho de Unhão), ao mesmo tempo que se estabelece uma conexão de significado, com base documental segura, inexplorada e inédita, entre a imagem anteriormente «aparecida» nas grutas de Carnaxide, da Senhora da Conceição da Rocha, vista como providencial prenúncio dos acontecimentos da Vilafrancada, e a descoberta desta outra imagem (pelo menos até 1833 popularmente invocada como «Senhora da Terra»), epocalmente interpretada como sinal feliz de consolidação de uma terceira Restauração da monarquia portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Devoção mariana; Senhora da Conceição; Senhora da Terra; Senhora da Aparecida; romaria; Vilafrancada; Restauração; Unhão

ABSTRACT: In this article, within the framework of traditional popular Marian devotion in the north of the country, the bicentenary of the discovery of a small image of the Virgin Mary, "appeared" in a grave, covered with earth, next to the chapel of Our Lady of Conceição de S. Fins do Torno (Lousada, former municipality of Unhão), is evoked, at the same time that a connection of meaning is established, with a secure, unexplored and unprecedented documentary base, between the image previously "appeared" in the caves of Carnaxide, of «Senhora da Conceição da Rocha», seen as a providential harbinger of the events in Vilafrancada, and the discovery of this other image (at least until 1833 popularly referred to as

«Lady of the Earth»), epochically interpreted as a happy sign of the consolidation of a third Restoration of the Portuguese monarchy.

KEYWORDS: Marian devotion; Our Lady of Conceição; Our Lady of Earth; Our Lady of Aparecida; pilgrimage; Vilafrancada; Restoration; Unhão

1. De ermida a santuário.

O Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, hoje simplesmente um dos principais centros marianos de romaria das Terras de Sousa e do norte de Portugal, outrora uma simples capela filial da freguesia de S. Pedro Fins do Torno¹, da invocação de Nossa Senhora da Conceição, «situada no alto de hum monte, asima da igreja, fabricada pellos fregueses»², permite-nos a evocação da memória local de um eremitismo popular tardio, documentando outrossim a pervivência de expressões religiosas marianas, características dos finais do Antigo Regime, embora com seculares e extensíssimas raízes anteriores.

Segundo o testemunho do próprio pároco, em 1758, os moradores da freguesia, a quem a ermida pertencia, andavam-na «reedificando *a fundamentis*», por se haver arruinado a antiga. Com um só altar, a imagem da Senhora da Conceição, nela venerada, era definida como «perfeitíssima e miraculosa», e aqui acudiam já as gentes das freguesias vizinhas, implorando seu «patrocínio para remédio de suas necessidades», vindo também delas mesmas, «em dias determinados, com clamores», embora não havendo então «romagem certa»³. Mas, pelo menos desde os anos vinte de setecentos, tinha todos os sábados da Quaresma «sermão e missa cantada de canto de órgão», e «no dia da Senhora, a 25 de Março [solenidade da Anunciação], se celebrava na mesma forma»⁴.

Como se sabe, o culto à Imaculada Conceição, tendo por centro a sua festa litúrgica, nascida no Oriente nos fins do século VII e no Ocidente no século XI, foi-se afirmando na cristandade medieval e, depois das discussões próprias da reflexão teológica sobre o privilégio mariano, nomeadamente em sede

¹ Em 1758 a imagem do mártir S. Felix permanecia no altar-mor da igreja paroquial e era festejado este santo como orago da freguesia, mas o seu culto fora prejudicado pelo facto de a festa litúrgica de S. Pedro *ad Vincula*, introduzida com o rito romano, coincidir no dia 1 de Agosto com a sua. Guardando memória do primitivo orago da freguesia, o povo “fez a fusão” dos dois e passou a referir-se a S. Pedro Fins (de S. Fins < *Sancti Felicis*). Recordámo-lo no caso da freguesia de Santa Eulália de Margaride (cf. Pedro Vilas Boas Tavares e Maria Cristina Cunha, *Felgueiras: A terra e seu foral no cinzel da história*, Ed. da C. M. de Felgueiras, 2014, p. 18-19), remetendo para COSTA, Avelino de Jesus – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Vol. I. Coimbra, 1959, p. 319.

² Cf. CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Tomo II. Ponte de Lima: Ed. Carvalhos de Basto, 1992, p. 196.

³ Cf. SILVA, José Carlos Ribeiro da – *A Casa Nobre no Concelho de Lousada*. Diss. de Mestrado em História da Arte em Portugal. Vol. III. Porto: FLUP, 2007, p. 131.

⁴ CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Op. cit.*, t. II, *ibid.*

universitária, por ambas as vias da devoção popular (*lex orandi, lex credendi...*) e do progresso teológico, foi-se a doutrina consolidando e consensualizando na catolicidade, nas épocas moderna e contemporânea, tudo culminando na definição dogmática de Pio IX de 8.12.1854⁵.

A proclamação por D. João IV de Nossa Senhora da Conceição como «padroeira do Reino», em 25.3.1646, no quadro de recuperação da soberania portuguesa sob o cetro da Casa de Bragança, eleição essa posteriormente confirmada pelo Papa Clemente X (8.5.1671), trouxe, como é evidente, um grande impulso ao apego popular a esta invocação, a partir de então ligada à memória dos dificultosos tempos das guerras da Restauração. Assim terá acontecido com o culto em volta da nossa evocada ermida da freguesia de S. Pedro Fins do Torno, alegadamente aí jazendo «desde tempos imemoriais».

Erguida «no cume do primeiro outeiro situado a nascente da igreja paroquial», era a ermida «tão venerada dos fiéis» que, em meados de setecentos «lhe renovaram ahi huma grande capela com hum grande adro terraplanado ao redor, serquado de hum muro ou soqualco» de setenta e sete varas e meia de circunferência e catorze palmos e meio de alto na maior altura, «e nas mais partes á proporção do declive do monte»⁶.

Mas tiveram os fregueses muitas contrariedades com a capela. Foi arrombada e roubada várias vezes e reforçaram-se as portas «com valentes chapas de ferro»; pois mesmo assim tornou a ser arrombada e até lhe roubaram uma «imagem lindíssima do Menino Jesus». Fez-se-lhe «hua grande e engraçada torre com dois grandes sinos»; «hum raio alagou parte della». Tornou-se a compor; «outro raio a veio arruinar, de forma que no lugar della se fez huma grande Capella Mor e ao outro lado se fez hum bom Torrião para os sinos», de modo a tentar que escapasse aos raios que anteriormente acometiam a torre⁷.

Não só os devotos não desanimaram como prosseguiram com iniciativas de atratividade do templo: colocou-se-lhe um «relógio de sino», alcançou-se-lhe a graça pontifícia de jubileu perpétuo com indulgência plenária para todas as pessoas que confessando-se e comungando por onde pudessem, visitassem com devoção «nossa Senhora da Conceição da dita Capella depois das duas oras da tarde de sete de Setembro até o dia oito ao por do Sol, dia da Natividade da mesma Senhora, e desde as duas oras da tarde do dia quatorze até ao por do Sol do dia quinze de Agosto da asunção da mesma Senhora, e em outro igual

⁵ Cf. ALDAMA, J. A. de – *Imaculada Conceição*. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 10.º. Lisboa: Ed. Verbo, s/d, cl. 950-953.

⁶ Arquivo Municipal de Felgueiras (=AMFLG), Câmara Municipal de Unhão, *Sessões dos deputados das câmaras de Unhão* (sic), Lv. n.º 2003, *Auto da milagrosa Aparição da Imagem de Nossa Senhora debaixo do Adro da Capella de Nossa Senhora da Conceição na Freguesia de Sam Fins, Concelho de Unhão, Comarca de Penafiel*, fl. 24v.

⁷ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl.25r.º

espaço de cada anno» que cada um a seu arbítrio escolhesse, «com as mesmas dispoziçoens de ganhar a dita indulgencia plenaria para si, ou por modo de sufragio aplicada pella alma de algum defunto, rogando a Deos, em todos os ditos cazos, devotamente, pella concordia dos Principes christãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja» – *sic*.

Depois da concessão deste jubileu passou a haver uma grande festividade e romaria nos dias 15 de Agosto, das mais marcantes da região, que cumpre hoje situar ao lado das dos grandes santuários de Santa Quitéria e do Bom Jesus de Barrosas e dos cultos pastoralmente promovidos nas igrejas e capelas do Vale do Sousa⁸.

Dado o grande afluxo de fiéis por ocasião desta festividade, a partir de então o governador de armas da província do Minho passou a mandar tropa para o local, ao que nos é oficialmente garantido com os melhores resultados, pois contendo «o povo na melhor ordem» e «sem ferido algum», tudo «*só pella constante devoção dos fiéis agradecidos aos prodigios desta Senhora da Conceição Padroeira do Reino*».

Segundo o documento da edilidade de Unhão que vimos seguindo, a Senhora da Conceição «*athe quis dar o gosto extremozzo aos seus devotos deste concelho [de Unhão] de nelle se ouvirem defronte desta Padroeira os primeiros brados da feliz Restauração do nosso amado Rei Senhor Dom João Seisto, dados pello Dezembargador da Relação do Porto, José de Macedo Ferreira Pinto, e seu genro Antonio de Macedo; e de nelle serem os repiques dos sinos desta Senhora os primeiros que deram signal a todo o Concelho e a toda a Ribeira da mais desejada e portentosa Restauração do mesmo Senhor e do Reino inteiro*»⁹, tornada efetivamente possível em virtude dos sucessos políticos concomitantes à depois depreciativamente chamada “jornada da poeira”, nos quais as forças militares da capital, sob liderança do Infante D. Miguel, impugnada legitimidade própria ao regime da Constituição de 1822, devolveram pessoalmente ao monarca reinante, que pela mesma estrada se lhes viera juntar em Vila Franca, a plenitude do poder, proclamando então D. João a dissolução *de jure* das cortes, que por si mesmas «se haviam dissolvido de facto»¹⁰.

Como é evidente, tratava-se aqui, muito naturalmente e sem esforço, de, na

⁸ Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Confrarias, Crenças e Cultos na Terra de Felgueiras (Século XVIII)*. In TAVARES, Pedro Vilas Boas (coord.) – *Felgueiras: 500 anos de Concelho (dados e perspetivas)*. Felgueiras: Ed. do Município, 2015, pp. 94-107.

⁹ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl.25v.º

¹⁰ Conforme facilmente se compreende, além da imprescindível alusão ao contexto e aos factos da trama política, cujo conhecimento se pressupõe, não cuidamos aqui de reconstituir cronologicamente os diferentes, sucessivos e detalhados passos do processo político da Vilafrancada. Sobre este ponto, vale a pena juntar a bibliografia historiográfica corrente a apreciação (que nem sempre comungamos, mas sempre arguta e pertinente) de VALENTE, Vasco Pulido – *O Fundo da Gaveta*. Lisboa: D. Quixote, 2018, pp. 15-41.

lógica das abundantíssimas efusões patrióticas de lealismo realista da esmagadora maioria dos súbditos de D. João VI, desencadeadas pelo “golpe” político-militar da Vilafrancada (27-31 de Maio de 1823)¹¹, associar a Padroeira do Reino a uma nova «Restauração», a do regresso à fórmula das «Leis Fundamentais da Monarquia» tradicional, algo tornado possível pela «libertação» de um monarca «coacto»¹², dessa feita restituído, pela arrancada vitoriosa do Infante D. Miguel, aos seus «inauferíveis direitos», com a dissolução das cortes e abolição da Constituição de 1822.

Exatamente a um mês de ser feito Conde de Suberra, com um *curriculum vitae* problemático na esfera política, sendo mesmo figura ideologicamente suspeita à nova ordem, o próprio Inácio Martins Pamplona, por então ministro assistente ao despacho, escrevendo ao arcebispo de Nazianzo, Giacomo Filippo Franson, recém nomeado para a nunciatura de Lisboa, em expediente datado de Vila Franca, de 2 de Junho de 1823, usava – como não poderia deixar de ser – as “canónicas” fórmulas da nova situação política emergente, encomiando que agora D. João VI se achava «felizmente colocado no throno com aquela Dignidade com que já o occuparam Elle e os Seus Maiores, e isto em virtude dos heroicos esforços de seu Augusto Filho, o Sereníssimo Infante D. Miguel, e do desenvolvimento dos sentimentos de Lealdade do Exercito e de toda a Nação

¹¹ Se nos lembrarmos que a fixação da história se faz sempre pelo lado dos vencedores, talvez compreendamos como se escamoteou geralmente esta avassaladora realidade sociológica, mas, ainda assim, bastante evidente. A recente perda do Brasil e consequente culpabilização das cortes liberais, alienando-lhes simpatia, foram um fator decisivo. Com pensamento reservado ou não, há-de reparar-se que personalidades liberais moderadas, como Palmela ou Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real aderiram à «feliz Restauração». Dela, com expressões de marcado júbilo, o primeiro informa oficialmente o novel núncio apostólico, arcebispo de Nazianzo, dos sucessos da «Restauração» consumada em Vila Franca; o segundo, como ministro assistente ao despacho, organiza o regresso de D. João VI a Lisboa, *Te Deum* e correspondentes festejos pela «restituição da coroa ao seu devido e antigo esplendor» – cf. *Archivio Segreto Vaticano (=ASV), Arch. Nunz. di Lisbona, n.º 43 (2), Div. I, Pos. XXVI, Sezione I.ª, n.º 2, fls. 51 e 52*. Não interessando aqui com que grau de sinceridade, sentido de oportunidade ou taticismo político atuaram estas e outras personalidades “moderadas”, remetemos de novo para *O Fundo da Gaveta* de Vasco Pulido Valente, pp. cit. e pp. 43-52.

¹² A alegada coação régia, tornando-se embora, a partir daqui, também um pretexto e um argumento político dos quais se abusaria instrumentalmente, na verdade foi uma realidade a que D. João VI numerosas vezes teve de submeter, uma vez que, pelo menos desde início da Revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820 até ao seu desembarque em Lisboa, no Terreiro do Paço, a 4 de Julho de 1821 (mesmo nesse ato, tão minuciosamente preparado e temido pelo governo vigente), sempre fora confrontado com factos consumados, cercando-lhe os poderes régios, nas esferas executiva e legislativa, e baldadamente intentando diminuir a expansão do enorme afeto, lealismo e ascendente popular votados à sua pessoa. Na realidade, aquando da chegada da notícia ao Rio de Janeiro, por parte do Governo da Regência, dos factos da Revolução de 24 de Agosto de 1820, D. João VI, com grande sentido de estado, prudência e moderação, mas também coerência política, subscrevera uma Carta Régia de resposta, datada de 27 de Outubro, em que impugnava a ilegitimidade política de quem se arrogara a iniciativa de convocação de cortes, «perrogativa inseparável da Realza», que só poderia «emanar imediatamente» de si, chamando outrossim à sua «Real Sanção» as propostas das Cortes, «conforme aos usos, costumes e Leis Fundamentais da Monarquia», uma pretensão, conforme é evidente e bem sabido, completamente ignorada. Cf. José Manuel Lopes Cordeiro, *1820. Revolução Liberal do Porto*, Câmara Municipal do Porto, 2020, p. 394.

Portuguesa»¹³.

A Padroeira, invocada com anterioridade não apenas na primeira, mas também na «Segunda Restauração» da independência do reino e da coroa brigantina¹⁴, no quadro do termo das «invasões» e expulsão dos franceses, era agora penhor de um novo regozijo público, o de uma terceira «Restauração», com o concelho de Unhão acompanhando a generalidade do país¹⁵.

Da autoridade hierárquica eclesiástica, num tempo em que as paróquias do concelho de Unhão integravam a *Visita de Sousa e Ferreira (2.ª parte)* da Arquidiocese de Braga, vinham agora, com clareza, consoladoras palavras de enquadramento e “bênção” aguardadas, sem dúvida em sintonia com os mais veementes sentimentos do internúncio em Lisboa, Mons. Giuseppe Cherubini¹⁶. D. João José Vaz Pereira, bispo de Charres, provisor e vigário-geral do arcebispado de Braga, até aí constrangido por sucessivos ofícios governamentais a impor aos párocos a necessidade de explicarem ao povo o dever de obediência ao governo constitucional e as vantagens do sistema representativo¹⁷, perante a *Vilafrancada*, alargava-se agora em clangoroso edital:

«Souo a voz do Nosso Augusto Soberano Rei e Senhor livre da coação a que imperiosas circunstâncias o tinham sujeitado, e dissiparam-se os erros invencíveis e culpáveis e os enganos com que nos tinha iludido hum governo

¹³ Cf. ASV, *Arch Nunz. di Lisbona*, ibid., fl. 54. Sobre o significado nacional desta iniciativa política, continua estimulante a leitura – no seu tempo “não alinhada” – de António Sardinha, *A «Vila-Francada», in Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa, 1978 (2.ª edição), pp. 89-98.

¹⁴ A expressão «Segunda Restauração» está consagrada em numerosas obras e panfletos apologeticos da legitimidade brigantina, de que é exemplo o conhecido *Compêndio Histórico* de autoria de Frei Joaquim Soares (O.P.), saído dos prelos da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1808.

¹⁵ No Norte, ao terem conhecimento do resultado da *Vilafrancada*, os capitães-mores e os oficiais de ordenanças dos concelhos não deixaram de escrever a D. João VI, manifestando-lhe o seu regozijo pela «aclamação d'El Rei livre» – cf. ANTT – *Ministério do Reino*, Maço 30, Doc. 5330, datado de Basto, 25 de Julho de 1823. No mesmo sentido oficiaram as câmaras, enviando certidões de autos das suas reuniões extraordinárias de inícios de Junho de 1823, em resposta a um ofício do governador de armas do Minho a elas remetido; davam conta de grandes multidões de dentro do termo dos respectivos concelhos, reunidos junto às casas da câmara para proclamarem «a El Rei Absoluto», e ao mesmo tempo requererem se não admitisse a continuidade das câmaras vigentes, antes se regressasse às imediatamente anteriores a 1820, eleitas de acordo com as regras então em vigor (cf. ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 31, Doc. 5550). Para se ter ideia da vastidão desta onda, basta lembrar que no Porto, futuro «baluarte do liberalismo», também se reuniu a respetiva câmara, elaborando-se auto de idêntico teor, com saudação do juiz e vereadores a D. João VI, D. Carlota Joaquina e D. Miguel, outrossim aproveitando a câmara para declarar que o seu apoio ao 24 de Agosto de 1820 fora extorquido pela coação militar. Cf. CORDEIRO, José Manuel – *A reacção absolutista*. In *A memória da Cidade*, jornal «Público», 17.12.2000, p. 52. Sobre o ambiente social portuense, favorável à *Vilafrancada*, vide TAVARES, Abel Sampaio – *O movimento contra-revolucionário de Maio de 1823 (Vilafrancada)*, *O testemunho de uma senhora portuense, coeva dos acontecimentos*, Sep. de «O Tripeiro», 7.ª Série, Ano XII, n.º 6 (Junho 1993).

¹⁶ Cf. AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *A leitura vaticana da Revolução Liberal: Mons. Giuseppe Cherubini (1820-1823)*. In ABREU, Adélio Fernando; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Da Igreja do Antigo Regime à Igreja na Época Liberal*. Porto: CEHR, UCP, 2022, pp. 71-97.

¹⁷ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas (coord.) – *Presidentes de Câmara e Eleitos do Conselho de Felgueiras 1834-2017*. Felgueiras: Município de Felgueiras, 2017, p. 44.

intruso, tirânico e despótico, filho de uma facção rebelde que pretendeu destruir a Autoridade do Rei Soberano Independente, em nome do mesmo Rei»¹⁸.

2. Descoberta da «Senhora da Terra»

Em Outubro de 1823, provavelmente com a Câmara já recomposta de acordo com o modo de eleição e o provimento de cargos imediatamente anterior à data da revolução liberal de 1820¹⁹, dentro do termo do concelho de Unhão como um pouco ao longo de todo o país, faziam-se sentir as tensões e esperanças de um povo causticado pelas duras provações de inícios de oitocentos e ansiando febrilmente pela regeneração da monarquia e da sociedade, regeneração essa que uma onda de simplicidade ingénua e fagueiras esperanças lhe diziam estar para breve, ao alcance da sua militância empenhada, dentro da fórmula política e do quadro de valores que, providencialmente, teriam assistido às glórias passadas da sua pátria²⁰.

Não estará esse estado anímico de tensão expectante e patriotismo realista, por parte de uma sociedade visceralmente sacral e crente, espelhado no *Auto da milagrosa Aparição da Imagem de Nossa Senhora debaixo do Adro da Capella de Nossa Senhora da Conceição na Freguesia de Sam Fins, Concelho de Unhão*?

Parece-nos que sim, e de toda a evidência. Este notável documento²¹, já aqui citado, com elaboração promovida pelo pároco da freguesia e pela Câmara de Unhão, resultou de um reconhecimento público e solene, assinado por numerosas e qualificadas pessoas, relativamente às circunstâncias do referido achado, considerado miraculoso, de uma imagem de Nossa Senhora, inicial e muito compreensivelmente chamada «Senhora da Terra», e mais tarde «Senhora da Aparecida».

Declara-se no documento que no dia 12 de Outubro de 1823, no sítio da capela de Nossa Senhora da Conceição, confluíram o juiz ordinário Cristóvão de Almeida Soares, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, o magistrado «seu assessor», Doutor Manuel da Silva Telles, o vereador mais velho, Manuel José Salgado, o vereador mais novo, António Joaquim Vieira, o procurador do concelho, Alexandre da Cunha Meirelles, os escrivães Domingos Borges da Fonseca e Gervásio José de Sousa, o meirinho José Luís Pereira Machado e o

¹⁸ Cf. Arquivo Paroquial de Santa Marinha da Pedreira, *Capítulos de Vezitação*, Livro 119, fl. 61r.º (Edital datado de Braga, de 14 de Junho de 1823).

¹⁹ Cf. nota 15.

²⁰ Sobre esta área de ideias, no campo constitucional ou no campo realista, vide PROENÇA, Maria Cândida – *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

²¹ Aproveitamos para agradecer à Senhora Dr.ª Manuela Lobo Melo, do Arquivo Municipal de Felgueiras, ter-nos chamado a atenção para este documento, entre os fundos do antigo concelho de Unhão aí guardados.

inquiridor Custódio José Teixeira, todos servindo no concelho de Unhão «por sua Magestade Fidelíssima»²². Ali vieram também o reverendo Tomás Pinto de Magalhães, vigário daquela freguesia, o cura, seu coadjutor, António José de Souza Lima, e «as pessoas do clero, nobreza e povo» que assinariam também aquele auto²³, depois de lavrado lhes ter sido lido.

Reconheceram todos que na manhã de 4 de Fevereiro do ano em curso de 1823, naquele local, apareceu um aluimento dentro do adro da capela de Nossa Senhora da Conceição, com particularidades dignas de especial registo, por se manter o socalco firme.

Ali, «entre duas antigas oliveiras, dentro do suqualco, ficou hum boqueirão de treze palmos e meio de diametro e vinte e dois de profundidade, que fes espanto a todos, por verem tal aluimento no adro firme e onde por ser ahi mais largo se costumava não só borquar, mas athe amontoar muntos carros de pedra, das grandes carriadas que tinham vindo para se fazerem tantas obras, e deixar libre a passagem ao rodor da capella, para andarem os romeiros e as procisoens» – *sic*²⁴.

Segundo se lê no *auto*, assim esteve o dito boqueirão seis meses, causando admiração a «milhares de pessoas e a todos que concorriam ao dito santuário», por verem que se submergira a terra «naquele adro firme, e que tinha sido combatido por tanto peso de pedra, e por tantas vezes», e não compreenderem o motivo nem verem onde se metera «a terra do aluimento». Explica-se então:

«Isto fez recordar ter ahi morado hum ermitam em huma cova debaixo da terra, como todos os velhos deste pais ouviram contar e ha mais de sem annos; porque o dito muro ou soqualco já não lembra fazer-se senão aos mais velhos, e já coando se fes não lembrou a murada do dito ermitam, por se ver que ella ficou de dentro do suqualco, e que este tinha ahi doze palmos e meio de alto, e que passou perpendicularmente por sima do vão da mesma porta da cova delle, asentado em o salão que mediava só de hum athe dois palmos entre todo o vão da porta e o asiento delle, e que se não procurou profundar o alicerce no vam della para tam grande soqualco, por já nessa antiguidade estar a porta tam tapada de terra que não deixou lembrar a existência de tal cova ou murada do ermitam» – *sic*.

²² Também presentes, porque assinam o documento entre estes magistrados, os almotacés do concelho de Unhão, José António de Barros Silva e João Caetano de Souza.

²³ Algumas assinaturas do clero local são apostas logo a seguir às dos magistrados municipais de Unhão, entre elas a do Reitor de Unhão, Domingos Dias. Mas há significativo número de assinaturas de clérigos disseminadas entre as de leigos de diferentes freguesias da região. As competências grafológicas são extremamente eloquentes da condição social e profissional dos subscritores. Há, naturalmente, muitas assinaturas inábeis e rudimentares e dois grupos de assinaturas de cruz de paroquianos de S. Fins, mas o documento propicia a impressão de uma extensa capacidade, ou de escrita, ou, pelo menos, de assinatura.

²⁴ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl.26v.º

Entrou o zelo de uns e curiosidade de outros a ansiar que se fizesse uma rota por baixo do socalco para sair ao direito do aluimento e se verificar a situação dos fundos, se haveria outros vãos, «lá por baixo da terra», que ameaçassem «mais aluimentos ao adro, ou ao mesmo santuário, e perigo aos fieis».

Em nova lauda do documento esclarece-se que o Padre Tomás Pinto de Magalhães, vigário da freguesia, quis compor o adro «atupindo o boqueirão, por nada importar naturalmente a cova sub-terrania de hum ermitão», mas «para satisfazer ao desejo de todos», à missa conventual da manhã de Domingo, 3 de Agosto daquele corrente ano, deu a seguinte voz: que pelas onze horas desse mesmo dia «se juntassem no sitio pedreiros e homens de enxada e piquareta da freguesia, e vezinhas, que tivessem devoção para se hir alagar o socalco fronteiro ao boqueirão e fazer a rota em direitura ao aluimento».

Juntou-se imenso povo, não só da freguesia de São Fins, «mas também da freguezia de Santa Maria de Vilar do Torno e da freguezia de Sam Mamede de Alentem, e algum da freguesia de S. João de Aião para trabalharem, alem de muntas pessoas que forão só ver e outras que, sem saberem da obra, hião só vezitar a Nossa Senhora da Conceição»²⁵.

A ninguém passou certamente despercebido o termo «santuário» com que então se designava já, oficialmente, este espaço sacro, bem como o aspeto multitudinário com que a ele acorriam os devotos, particularmente tratando-se de discutir e custear obras ou de oferecer o próprio trabalho e concurso, em prol da dignificação e afirmação do mesmo.

Vale a pena reter o teor da obra realizada nesse dia, relatada no auto com significativas preocupações de exatidão e rigor, dado o sentimento de sobrenatural experimentado pelos circunstantes, de que se queria dar testemunho. Façamo-lo *ipsis verbis*, atualizada apenas a grafia.

Os trabalhadores, alagando o socalco fronteiro, principiaram a rota na descida do monte, a nove varas de distância, e na mesma direitura perpendicular do assento do socalco se achou o sitio da porta da morada do ermitão, virada para a Torre de Vilar, com o rasgo onde esteve a couçoira aberto no salão da parte de nascente, a qual porta tinha sete palmos e meio de alto e cinco de largo, ficando só de um até dois palmos de salão entre o assento do socalco e todo o vão dela; e tirando-se a terra do aluimento, que era negra e pulverizada, como do pó da pedra das ditas obras da capela, se achou uma cova de vinte palmos de comprido da parte do meio-dia para a parte da segunda janela grande da capela, e sete palmos e meio de largo

²⁵ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl. 27r.º

de nascente a poente; e dê o meio de alto, tudo em salão forte e mal aprumado, sobre cuja cova aconteceu o aluimento; e no meio do lado do poente desta primeira cova, se achou outra semelhante porta, pela qual se entra para outra cova, que tem de comprido catorze palmos e meio de nascente a poente, e nove de largo, de norte a sul, e oito palmos e uma polegada de alto, mais bem aprumada, e o teto plano, e tudo em o mesmo salão forte, por baixo do adro²⁶.

Foi então que ocorreu o achamento da «Senhora da Terra»:

Nesta segunda cova, onde a terra do aluimento chegou a menos altura, achou o trabalhador José Ribeiro, do lugar de Massa, da mesma freguesia de S. Fins do Torno, deste concelho de Unhão, uma massa de terra como petrificada, que lhe picou o pé, e saindo com ela na mão para fora, à clara luz do dia, viram todos nela as extremidades de uma como coroa de metal, de uma parte, e uma como base de peanha, da outra parte, e tudo o mais coberto de terra, como petrificada do lustre do salão das ditas covas, e não da terra negra do aluimento. E ficando todos pensativos, se entrou zelosamente a raspar a terra como petrificada, até que se descobriu a face de Nossa Senhora, e a sua mão direita para o peito, e as faces de alguns serafins sobre a peanha. Assentaram de a deixar assim revestida da terra, que lhe parecia bem, até passar o dia da romaria de quinze desse mês, para osromeiros verem e examinarem a verdade toda, como examinaram, pasmando todos, e cada vez mais que se examine²⁷.

É uma inteligência sagaz e refletida, de um clérigo habituado à retórica sacra, que inspira este documento, no qual se ordenam, racionalmente, as razões justificativas da admiração pública. Embora escrito em «livro corrente» da Câmara de Unhão, dada a importância caucionante destes «prodígios» no alargamento da popularidade do santuário, e a sua leitura como sinal de regeneração cristã em tempos revoltos de luta contra a “hidra maçónica” e a “impiedade”, é texto singularíssimo. Vale pois a pena – apesar da extensão – facultar aqui, com o mesmo critério de estrita fidelidade e atualização gráfica, a transcrição das laudas finais do *auto*. As razões de pasmo relevam de acentuado sentido providencial e miraculoso, e de uma já muito enraizada devoção mariana e imaculatista:

²⁶ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl. 27v.º

²⁷ Cf. AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl. 28r.º

Primo: por se ver a dita imagem de onze polegadas, livres da sua pia-nha da pau e da sua coroa de prata, ser um assombro de perfeição em tudo, e que decerto há mais de cem anos está debaixo da terra, sem se corromper o pau, de que pelo seu peso parece ser feita, nem o seu encarnamento, nem a sua pintura; mostrando constantemente tudo perfeição e [a] mais veneranda antiguidade.

Secundo: por se verem e acharem todos os lados de ambas as covas onde não subiu a terra negra do aluimento tão resplandecentes e tão frescos como se fossem feitos nesse mesmo ato.

Tercio: por se verem os rasgos da primeira porta no salão, e que o socalco tinha aí doze palmos e meio de alto, e assentava perpendicularmente sobre todo o vão dela, só em uma tez de salão, sem mais alicerce nem segurança alguma, e não se ter alagado; há mais de sessenta ou setenta anos que será socalco, e que tão combatido aí tem sido; quando mais para a parte do poente se alagou parte do mesmo socalco, de menos altura, e assentado na maior firmeza do salão central, e sem ser aí tão combatido;

Quarto: por se achar a dita imagem entre a terra, a vinte e dois palmos de profundidade da superfície do adro, e não ter sido procurada, e achada e guardada, quando faltou esse ermitão, e ficou essa morada ou cova sem habitante, exposta ao público e desafiando a natural curiosidade de lá irem todos ver e procurar tudo;

Quinto: por verem todas as circunstâncias, todas maravilhosas, da aparição desta imagem, que lhe apropriam o título de – SENHORA DA TERRA –, e se convencerem a si próprios de que Deus guardou a imagem desta MÃE DA DIVINA GRAÇA para agora, no abismo das trevas palpáveis com que lutam os ímpios, lhes mostrar, debaixo da terra da sepultura dum século, o clarão da sua face imaculada e perfeição em tudo desta ROSA MÍSTICA, e com sucessivos milagres prodigiosos trazer os pecadores à luz verdadeira do seu amor, que neles obrará prodígios de Graça. Reconheceram igualmente, em terceiro lugar, que também é certo ter-se visto dantes²⁸, subir de noute, do mesmo adro pelo ar acima, por várias vezes, uma como estrela, cujo fenómeno atribuíam então à matéria que atraía os raios ao

²⁸ AMFLG – *Auto da milagrosa Aparição...*, fl. 28v.º. Aqui, à linha 9, uma nota marginal, adverte: «factos para pensar». Além de *Senhora da Terra*, os títulos de Maria, tirados da *Ladainha de Nossa Senhora*, que aparecem no texto, estão grafados em letras de maior tamanho, pelo que optamos pela sua transcrição em maiúsculas. Não é um detalhe de menor significado. Conforme muito bem enfatizou AZEVEDO, Carlos – *Iconografia da Imaculada Conceição: Novas Interpretações e Simbologia das Ladainhas Loretanas* (in «Imagem Brasileira», 09, 2018, p. 10), por um lado, «as preces cheias de emoção do lirismo medieval cristalizam desde o século XII em litanias, que reduzem o calor da devoção a uma série de invocações, quer laudativas, quer suplicantes», por outro lado, «as frases simples e incisivas, com respostas repetidas, eram adequadas para a oração em comum e acessíveis a todos os fiéis».

santuário; e agora se pode atribuir à Graça desta ESTRELA MATUTINA, por se achar na profundidade do mesmo adro esta ARCA DA ALIANÇA da Terra para o Céu; e que também é certo que há dezoito anos se comprou uma vidraça ótima, que custou trinta mil trezentos e vinte réis, para a imagem alta de Nossa Senhora da Conceição da capela, e ficando lindamente dentro dela, aconteceu que a imagem se não visse debaixo, por causa de reverberar a luz na vidraça e na vista; de forma que foi preciso tirar-lhe a vidraça, e há tantos anos se tem guardado sem servir de nada, e sem se ter vendido a muitos que, com todo o empenho, a queriam comprar pelo mesmo custo; parecendo que a Divina Providência assim a urdiu e conservou até agora, só para servir prontamente de trono mais brilhante a este ESPELHO DE JUSTIÇA, na sua arca subterrânea logo que se dignou aparecer aí.

E para que constassem «as maravilhosas circunstâncias da Aparição desta Senhora da Terra», se fez o auto, subscrito por uma centena de confirmantes, não apenas das freguesias mais circunvizinhas. Assim, entre as testemunhas, assina, com letra clara e segura, Manuel André de Souza, antigo juiz ordinário e vereador da Câmara de Unhão, e junto dele, com letra bem desenhada e feminina, D. Leonor Maria Xavier, sua mulher, moradores na Casa do Souto de Baixo, freguesia de Santa Marinha da Pedreira, sendo esta a única assinatura de senhora que no auto se consegue lobrigar.

A invocação à «Senhora da Terra» ainda durou algum tempo. Pela referência aí feita a este local de culto como inserido na comarca de Penafiel (em 1833 passaria a integrar a comarca de Amarante), pelo menos até finais do reinado de D. Miguel, segundo vemos de uma gravura com a imagem de Nossa Senhora da Terra, desenhada por António Joaquim de Sousa Vasconcellos e gravada por Santos, com a seguinte legenda: “Verdadeiro retrato da milagrosa imagem de N. Senhora da Terra, descoberta debaixo do ádro da capella de N. S. da Conceição na freguezia de S. Pedro Fims do Torno. Concelho de Unhão. Comarca de Penafiel. O S[enhor] Arcebispo de Braga concedeo 30 dias de indulg[ncia] de cada vez q[ue] se rezar a salve rainha diante de sua imagem ou estampa rogando a deos pela paz do reino e da Sta. Igreja Católica²⁹.”

Como se torna patente, o tempo e as circunstâncias aproximam esta «milagrosa aparição» da de outra «Senhora Aparecida»: Nossa Senhora da Conceição da Rocha, uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino – dessa feita de barro policromado –, pouco antes achada, «prodigiosamente», bem perto de Queluz e da capital, mais precisamente no interior de uma gruta do Vale

²⁹ Cf. Arquivo Municipal do Porto, PT-CMP-AM/PRI/FGD/ENV.FG.M:9:323

do Jamor, Carnaxide³⁰, em 31 de Maio de 1822, em consequência de inocente passatempo cinegético de um grupo de pastorinhos da região que descobriu a entrada para a dita gruta³¹.

Num país muito tenso, dividido e politicamente desiludido, a descoberta desta imagem foi facilmente lida como sinal de esperança no futuro e prenúncio de final da experiência liberal vintista em curso. A imediata adesão devocional fez concorrer em Carnaxide, «de toda a parte, inumerável multidão de povo», de Lisboa, do seu termo, e um pouco de todo o país, «grandes e pequenos, ricos e pobres, bispos e prelados das religiões e a primeira nobreza de corte», dando – na expressão do cronista régio – «o mais sincero culto à Mãe de Deus»³². Na efervescência política de então, percebem-se os receios do governo e que, apesar dos protestos locais, a imagem tenha sido mandada recolher, com solenidade, à Sé Patriarcal, onde estaria sessenta anos. Mas a devoção, como se sabe, impôs-se e haveria de traduzir-se, mais tarde, em templo próprio no local do descobrimento da imagem, um santuário concorrido com irmandade favorecida da família real.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição da Rocha tendeu a expandir-se imediatamente, no país em geral e no norte em particular, num claro horizonte de lealismo realista. Temos marcas tipográficas dessa expansão³³ e é bem conhecido o apego de D. Miguel a esta invocação da Padroeira do Reino, sobejamente demonstrado nas posteriores vicissitudes da sua realeza³⁴.

Poderemos admitir algum “mimetismo” na «aparecida» Senhora da Terra, relativamente à «aparecida» Senhora da Conceição da Rocha? Sem dúvida, quanto aos traços essenciais. Mas sobretudo há, de uma «aparecida» para a outra, a complementaridade de uma idêntica ambiência, quadro contextual e significado sócio-político, imediatamente legível em chave religiosa providencialista. É evidente que não nos podemos focar apenas na comum tipologia de “achamento” ou de um culto referido aos signos e representações mentais comuns de «lapa», «gruta», ou «cova» (no caso de S. Fins do Torno), relativamente frequente ao longo

³⁰ Cf. v.g. [CONCEIÇÃO, Cláudio da (O.F.M. Cap.)] – *Memoria de uma Lapa, descoberta em 28 de Maio de 1822, na Ribeira do Jamor, freguesia de Carnaxide, e mais acontecimentos que depois se lhe seguiram*. Lisboa: Imp. Régia, 1822, 13 pp. in 8.º

³¹ [CONCEIÇÃO, Cláudio da (O.F.M. Obs.)] – *Memoria de uma Lapa, descoberta em 28 de Maio de 1822, na Ribeira do Jamor, freguesia de Carnaxide, e mais acontecimentos que depois se lhe seguiram*. Lisboa: Imp. Régia, 1822, 13 pp. in 8.º

³² CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Gabinete Histórico*. Lisboa: Imprensa Régia, 1823, pp. 231-232.

³³ V.g. CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Novena da Milagrosa Imagem da Senhora da Conceição da Rocha*, Lisboa: Imprensa Régia, 1825; *Narração da Descoberta da Imagem de N. S. da Conceição da Rocha em o dia 31 de Maio de 1822, na Ribeira do Jamor, Freguesia de Carnaxide, Termo de Oeiras, a duas leguas de Lisboa: com a Descrição do que se tem passado até 29 de Agosto de 1824 em que na Cidade do Porto se collocou humo copia da mesma milagrosa Imagem na Igreja do Real Colegio da Graça e Meninos Orfãos*. Porto: Impr. do Gandra, 1824.

³⁴ Cf. v. g. SILVA, Armando Malheiro da – *Ideologia e Mito no Miguelismo*. Braga: Universidade do Minho, 1989, p. 575.

do país e com outros momentos históricos de afirmação. Mais: ao contrário do caso de Carnaxide, no caso do concelho de Unhão, há já um santuário pré-existente, com um culto estruturado, e há entre as duas «aparecidas» uma grande diversidade de narrativas de descobrimento. É todavia notória uma perfeita coincidência nas lógicas de oportunidade, momento e interpretação soteriológica, coincidentes com a tensão “messiânica” à época vivida pelo país. O fortuito “achamento” da imagem da *Senhora da Rocha* de Carnaxide, a 31 de Maio de 1822, é interpretado como um sinal e prenúncio de acontecimentos felizes próximos – com efeito concretizados (sempre na leitura do providencialismo realista) – exatamente um ano depois, com a vitoriosa consolidação do movimento político-militar da *Vilafrancada*, libertando o rei e a nação da “hidra jacobina” e maçónica, enquanto a Norte, a pesquisa e “achamento” popular da *Senhora da Terra*, em S. Fins do Torno, concelho de Unhão, a 3 de Agosto de 1823, vinha confirmar e consagrar, sempre sob proteção sobrenatural da Imaculada Conceição, a nova e terceira «Restauração» do Reino, de que ela secularmente detinha o Padroado.

Em S. Pedro Fins do Torno a designação de Aparecida prevaleceu sobre a muito sugestivamente original de *Senhora da Terra*. A pequena imagem de «onze polegadas», despida da terra empedernida que a envolvia na «cova» onde jazia e foi encontrada, passou ao culto e aos resplendores processionais, e hoje é processionalmente levada, anualmente, a 14 de Agosto, véspera da festa litúrgica da Assunção de Nossa Senhora, uma réplica sua, naquele que por aqui se ufana de ser o mais alto andar do país e quiçá do Mundo!

Ainda não há muito tempo, na sua romaria anual, alguns peregrinos, no cumprimento das suas promessas, ritualizavam, sem consciência disso, a sua identificação pessoal com a situação de passagem da «cova»/morada dos mortos para a “luz do dia”, evocando, muito concreta e dramaticamente, os perigos, ameaças e variadas formas de iminência da morte, de que, por particular proteção sobrenatural de Maria, teriam logrado sair, passando à relativa segurança da vida quotidiana habitual. Em nome de compreensível purificação da religiosidade popular, desapareceu essa «procissão dos caixões» (conduzidos na rua com os beneficiários das graças lá dentro, por familiares ou amigos, até ao adro da capela da Senhora da Conceição)³⁵, ritual também ele, no passado ainda recente, presente no Santuário de Nossa Senhora da Graça, em Mondim de Basto, e aí originalmente vivido como identificação com o mistério pascal da morte e ressurreição de Cristo³⁶.

³⁵ CARVALHEIRAS, José Carlos – *A Procissão dos caixões na Senhora da Aparecida*. «*Oppidum*», n.º 1 (2006), pp. 105-115.

³⁶ Em meados de setecentos, aí, no Monte Farinha, na Sexta-Feira Santa, celebrava-se a antiga «procissão do enterro do Senhor», e uma congregação heterodoxa de leigos, homens e mulheres, enterrava-se «em palha e cisco»

A gruta onde foi encontrada a pequena imagem de *Nossa Senhora da Terra* foi transformada num pequeno templo a que o povo chama a «ermidinha», assim o distinguindo da capela da Senhora da Conceição, que lhe fica cimeira, e cujas vicissitudes o leitor já conhece. Nem falta hoje, do lado de fora do recinto, uma expressiva escultura alusiva à pessoa do ermitão.

Segundo a tradição oral, este homem vivera ali, nas ditas «covas» subterrâneas ao solo da capela, pela qual deveria zelar, rezando e esmolando de lugar em lugar nas terras das redondezas, frequentemente acompanhado de um pequeno oratório com a imagem de Nossa Senhora³⁷. Até que um dia saiu e não mais regressou... Desse tempo – talvez finais de seiscentos, pelas indicações do auto –, ficou a pequena imagem da Senhora, guardada naquela pobre morada talhada em saibro. Repare-se que realmente, quando fora socalcado o adro da capela de Nossa Senhora da Conceição, não fora então tida prudentemente em conta, com intuítos de segurança, a memória daquela morada subterrânea. Mas essa memória de factos com «mais de cem anos» estava longe de estar perdida e era convocável, pois nos é solenemente garantido que «todos os velhos» da região tinham ouvido falar da história desse ermitão e da sua cova...

A imagem, apesar das evidentes diferenças materiais e formais, não apenas pela designação, mas até pelo tipo de manto de que está hoje adornada e, sobretudo, pelo papel que necessariamente tiveram no incremento do seu culto fiéis regressados da emigração brasileira³⁸, leva-nos naturalmente a pensar naquela outra Senhora Aparecida, cujo achamento teve lugar no rio Paraíba no distante ano de 1717...

Hoje, as excelentes condições materiais do Santuário de Nossa Senhora da Aparecida da freguesia de S. Pedro Fins do Torno são grande ajuda para que os romeiros e fiéis em geral possam beneficiar de uma pastoral mariana ajustada às linguagens dos novos tempos pós Vaticano II.

A natural admiração e o apego popular a esta «senhora pequenina» são idênticos aos votados a outras imagens pequenas e vetustas da virgem em santuários nortenhos de monte, alguns, como o da Senhora da Graça, daqui

na Sexta-Feira Santa. Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Religiosidade Popular e Inquisição em Terras de Basto*. «*Via Spiritus*», n.º 21 (2014), pp. 151-165.

³⁷ Direção Geral do Património Cultural, DPI/IMC, *Romaria da Senhora da Aparecida*, Ficha de Património Imaterial, MatrizPCI_DEMO_INPCI_02

³⁸ Por vezes, como sucede em Basto, na capela de Nossa Senhora da Aparecida de Petimão, apesar de o benemérito promotor do culto ser “brasileiro”, neste caso João José de Magalhães, Visconde de S. Clemente, a imagem cultuada é “metropolitana”. Havia disponível a oferta iconográfica desta, do antigo concelho de Unhão, ou as da Aparecida de Balugães (Barcelos) e do Oratório de Braga. Sobre o papel da emigração brasileira neste culto, cf. MAIA, Fernanda Paula S.; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal – Finais do séc. XIX e inícios do XX*. «*Navegar*», vol. 1, n.º 1 (Jul.-Dez. 2015), pp. 135-136; com mais detalhe, MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa – *Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os “brasileiros” e o desenvolvimento local*. «*Oppidum*», Ano 4, n.º 3 (2008/2009), pp. 195-207.

do Torno localizáveis no horizonte, por isso a expressão é por vezes a mesma, transposta e adaptada a este específico local e invocação:

*Nossa Senhora Aparecida / Senhora Tão pequenina. /
Comadre da minha mãe, / Senhora minha madrinha. /
Nossa Senhora Aparecida / É pequenina e airosa. /
Vai lá gente de tão longe / Só pra ver tão linda rosa*³⁹.

Portugal é ainda hoje «Santuário Mariano»⁴⁰ e «Terra de Santa Maria», sendo legítimo supor que continue a poder assumir a impressiva letra do hino «Salve Nobre Padroeira», que milhares de peregrinos continuam a cantar, em Fátima ou em santuários como o da Aparecida⁴¹.

Aqui, neste santuário, quantas lágrimas de súplica e ação de graças, de aflição e alegria! Assim, na Primeira Guerra e durante a guerra do Ultramar traziam-se à Senhora da Conceição os problemas da incorporação e do regresso a salvo e com saúde à terra natal. Da primeira conflagração mundial ficou, entre outras, esta quadra:

*A Senhora Aparecida / Mora debaixo do adro. /
Eu hei-de dar-lhe uma prenda / Se me livrar de soldado.*

Hoje, no dia da procissão, a Senhora da Aparecida vai tão alto que, num Agosto fresco, talvez o manto pareça ser-lhe de préstimo, apesar da quadra antiga:

*A Senhora d'Aparecida / S' tá em cima do andor /
Coberta com o seu manto, / Não tem frio nem calor*⁴².

No fim da romaria todos regressam a suas terras e casas. As quadras populares falam das promessas cumpridas e de um novo ânimo para arrostar com o dia-a-dia. E, naturalmente, das estradas e caminhos a percorrer:

³⁹ CASTRO, António Borges de – *Cancioneiro Popular de Mondim de Basto*. Porto, 1982, p. 122.

⁴⁰ Referência à monumental obra de SANTA MARIA, Agostinho de (O.S.A.D.) – *Santuário Mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos prégadores, e dos devotos da mesma Senhora*, 10 volumes impressos entre 1707-1723.

⁴¹ Entre outros autores, cf. CLEMENTE, Manuel – *Maria na devoção dos Portugueses: uma devoção nacional?*. In IDEM – *Portugal e os Portugueses*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2008, p. 70; e DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *A devoção do Povo Português a Nossa Senhora nos Tempos Modernos*. «Revista da FLUP / História», Série II, vol. 4 (1987), p. 256.

⁴² Cf. ANDRADE, Constança Vieira de – *Romaria da Senhora da Aparecida*, in *Vale. Património imaterial de Tamega e Sousa*. Ed. do Centro de Estudos do Românico e do Território, pp. 77- 79.

*Adeus ó Vila Real, / Adeus estrada seguida; / Adeus, ó Torre dos Mouros
/ Da Senhora Aparecida*⁴³.

Como frequentemente acontece no cancionero popular⁴⁴, o percurso da natureza é assumido como expressão de um percurso sentimental que a romaria facilitou:

*Eu não torno a Amarante / Que escorrego no Covelo; / Só se for
agarradinho / Às ondas do teu cabelo...*⁴⁵

Das *Cantigas de Romaria* e das *Cantigas de Santa Maria* medievais até ao presente século, percebem-se facilmente as constantes históricas, antropológicas e sociológicas, da «fé nacional»⁴⁶. Deveremos advertir que, por altura do Concílio de Toledo de 656, com exceção de Dume, as sés episcopais do território que viria a ser Portugal estavam dedicadas a Nossa Senhora, e que os templos restaurados na reconquista sob invocação de Santa Maria já o eram antes da invasão dos árabes. Ainda assim, ao chegar ao poder, Afonso Henriques quis tomar *Santa Maria de Braga* como padroeira e rainha do país nascente. Face ao Islão, a invocação da Virgem superiorizava-se à do Apóstolo *Matamouros*. De resto, *Nossa Senhora da Oliveira*, em Guimarães, não tardaria a tornar-se um grande centro regional e nacional de peregrinações⁴⁷. A colegiada, fundada ainda na época condal, acompanhará, como sabemos, todas as grandes vicissitudes da monarquia nascente, num fio condutor justificativo de grandes desígnios nacionais, fio esse sempre retomado e renovado a cada dinastia reinante.

Seria pensável que este “ADN” não estivesse efetivamente patente em Santa Maria de Vilar e S. Pedro Fins do Torno, como genericamente nas diferentes paróquias da terra de Unhão?

Artigo recebido em 01/11/2023

Artigo aceite para publicação em 30/11/2023

⁴³ Cf. CARVALHEIRAS, José Carlos - Art. cit., Anexo 1, p. 115.

⁴⁴ Cf. PASCOAES, Teixeira de – *Arte de Ser Português*, Cap. VI.

⁴⁵ Cf. BALMACEDA, Carlos de Sousa Machado e Ernesto de – *Celórico de Basto*. Porto, 1951, pp. 21-22 (*Cancioneiro de Celórico de Basto*).

⁴⁶ Expressão de Alberto Pimentel na sua obra *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal (1899)*, retomada criticamente por CLEMENTE, Manuel – *O culto de Nossa Senhora: da fundação à restauração da nacionalidade*. In *Portugal e os Portugueses*. Ed cit., pp. 35-62, onde benemeritamente se divulga e analisa a principal bibliografia sobre o tema.

⁴⁷ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria*. Município de Santa Maria da Feira, 2009, p. 10, sobre informações de COSTA, Avelino de Jesus – *A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1957, *passim*.